


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VIII - Nº 127 - 1ª QUINZENA DE MARÇO DE 1997 - R\$ 1,00



**Todo apoio
aos Sem-terra!**

**Abaixo a perseguição política aos sem-terra!
Liberdade imediata para todas as lideranças!
Fim dos processos judiciais contra os membros do MST!
Em defesa das ocupações de terra e pelo fim do latifúndio!
Pela autodefesa dos sem-terra para resistir à repressão!
Apoiemos nas cidades o movimento dos sem-terra!
Pela aliança operário-camponesa!
Tribunais Populares para julgar os crimes dos latifundiários!**

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

O sistema capitalista procura criar entre os trabalhadores a disputa, a concorrência, a rivalidade, ao manter o salário miserável, uma massa de desempregados, salários diferenciados etc. Os operários, por sua vez, entendem que brigam contra um mesmo inimigo explorador e precisam se organizar numa frente de resistência para não morrerem de fome. Acontece que seus sindicatos e demais entidades dos trabalhadores estão sendo controlados por uma burocracia vendida, distante da vida diária da fábrica, e portanto, afastada da realidade dos operários. Esta burocracia tem anulado a função do sindicato, que é a defesa dos trabalhadores contra a exploração do trabalho, o arrocho salarial, as demissões, as contratações irregulares, o fechamento e transferência de fábricas, e as leis antioperárias (como a do contrato temporário, da aposentadoria, a reestruturação do ensino, privatização da assistência médica). As manifestações de rua chamadas pelas atuais direções não passam de shows e distracionismos.

Os operários conscientes da contaminação burguesa destes dirigentes sindicais devem sair em defesa de suas organizações de luta e expulsar esta camada de traidores. As greves, passeatas, ocupações do movimento operário lhes mostram o caminho de como enfrentar a intransigência e o "poder" dos patrões. É necessário não abandonar a luta em troca de promessas desonestas. Resistir

até a vitória. E esta política de enfrentamento e resistência (de defesa dos interesses dos trabalhadores) é descartada pela burocracia, que se nega a chamar a greve geral, enquanto os trabalhadores são atacados pelas reformas do governo neoliberal. Por isso, os operários devem reascender o movimento operário, fazer do sindicato um instrumento da política operária e sem política pacifista com a classe que nos violenta no dia-a-dia.

O caminho das lutas

* Em greve, químicos da Brasmédica fazem passeata dentro da fábrica, pois não aceitam receber salários atrasados de dezembro, janeiro e 13º parcelados.

* Greve de motoristas da Viação Vila Ema contra demissão de cipeiros.

* Peões da Eurotec em greve desde 7/02 exigindo pagamento de salário atrasado.

* Greve dos hoteleiros do Hotel Bristol contra o não pagamento dos salários atrasados. Não admitem receber salário atrasado parcelado.

* Greve dos metalúrgicos da autopeças Quasar para receber o reajuste de 9,08% da data-base em novembro.

* Greve dos papeleiros da Divani, em Guarulhos, contra o atraso do vale de fevereiro.

* Greve dos operários da Voith contra demissão de 170 companheiros.

* Metroviários fecham por 20 minutos as bilheterias da estação Ana Rosa em protesto contra as más condições de trabalho.

* Demitidos da Alvorada Segurança Bancária recebem rescisões com cheque sem fundo. Os empregados estão também sem receber salário. Lutando por seus direitos, invadem o escritório da empresa e colocam fogo em bomba d'água movida a óleo diesel, na garagem do prédio. Patrão paga salário atrasado para 200, outros 700 recebem dia 12 e as rescisões foram parceladas em seis vezes, a partir de março.

* Greve dos peões da Nova Plan exigindo salário de janeiro e restante da parcela do 13º.

* Greve dos faxineiros do Parque do Carmo e Parque do Piqueri, terceirizados da Prefeitura pela Nitente, por não receberem salários de janeiro, tíquete-refeição e cesta básica. Os faxineiros dos parques municipais fa-

zem assembléia para decidir greve.

* Borracheiros da Goodyear aprovam greve, em assembléia, contra a terceirização para 80 operários do setor de montagem de pneus.

* Embraer, privatizada em 1994, com 12.000 trabalhadores, hoje tem 3.500 e pretende demitir 400 metalúrgicos. O município de São José dos Campos possui 30 mil desempregados (dados do Sinesp). Privatização causa demissões!

* Greve dos ferroviários da Fepasa (CPTM) por reposição de 13,2%. A Fepasa está em processo de privatização e pretende demitir 2.500 trabalhadores.

* Campanha salarial dos metalúrgicos do grupo 19-8 (máquinas e eletroeletrônicos). Reajuste foi definido pelo TRT em 9,08%.

* Sapateiros de Franca iniciam campanha salarial

* Comerciantes de Osasco querem reajuste trimestral. Reajuste de 1,18% previsto para março, conforme o acordo coletivo da categoria em dezembro.

* Metalúrgicos da Nardini, em Americana, estão sem receber salário há três meses, fazem protesto na porta da fábrica.

* Trabalhadores da Eucatex, de Salto, continuam em greve e denunciam patrões de manter em cárcere privado 80 trabalhadores, para obrigá-los a manter a produção.

* Funcionários da Sabesp fazem protesto para receber Participação nos Lucros e Resultados. A empresa afirma que as metas não foram cumpridas e por isso não vai pagar.

* Têxteis da Zorba paralisam a produção por uma hora exigindo PLR.

* Operários da Flask, em Cotia, ocupam a fábrica para impedir a retirada de mais máquinas pelos credores (Banespa). Eles estão sem receber os salários de dezembro, janeiro, 13º e os patrões não depositam FGTS desde 94.

* Plásticos da Vinasto, em Santo Amaro, estão acampados há uma semana dentro da fábrica contra o calote dos patrões.

* Metalúrgicos do grupo 19-8 (máquinas e eletroeletrônicos) iniciam campanha salarial.

* Greve dos Metalúrgicos da Mercedes-Benz em São Bernardo

* Metalúrgicos da CTC Eletroblindados entram em greve.

* Greve dos vidreiros da Ibravir por aumento de 15%.



A Luta do Movimento Camponês

* 04/01 - Fazenda São Francisco, em Eldorado dos Carajás, Pará: 2 posseiros foram mortos com 21 tiros, por grupo de homens armados.

* 06/01 - 300 famílias de trabalhadores rurais sem-terra ocupam Fazenda Santo Antônio, em Marabá Paulista.

* 09/01 - Fazenda Beira-Rio, em Euclides da Cunha

* 12/01 - 1.200 famílias acampadas na estrada em frente a Fazenda Santa Rita, em Mirante do Paranapanema, aguardando regularização das terras pelo Estado, foram surpreendidas com tiroteio de 300 disparos feitos por pistoleiros arregimentados pelos fazendeiros em Mato Grosso. 4 atiradores foram presos

* Fazenda Cachoeirinha, em Boa Esperança do Sul, São Paulo: disputa judicial com o Banco do Estado do Paraná.

* Fazenda Pastoriza, em São João do Araguaia: 1.150 famílias assentadas às margens da Transamazônica.

* Fazenda Pinhal do Ralo, em Rio Bonito do Iguaçú, Paraná: 2 sem-terra mortos e 1 ferido

* 16/01 - Fazenda Salobo, em Tailândia, Pará: faz parte do Projeto Seringa. Há 3 anos ocupada por 30 famílias. Um posseiro morto com tiro na cabeça e há vários desaparecidos.

* Fazenda Santa Terezinha, em Santo Anastácio, no Pontal

* Fazenda Igarai e Santa Fé, em Pereira Barreto, São Paulo

* 23/01 - 200 famílias, deslocadas da Fazenda Santa Rita, ocupam a Fazenda São Luís, em Presidente Prudente.

* 13/01 - Fazenda Santa Clara, em Ourilândia, Pará: 3 sem-terras executados por pistoleiros. Foram 35 disparos a meio metro, atingindo peito, costas e o rosto. Os pistoleiros só pararam de atirar quando viram que os sem-terras não mais respiravam. Outros 5 sem-terras estão desaparecidos.

* 21/01 - 450 trabalhadores rurais ocupam sede do Inca em São Paulo.

* 22/01 - 170 assentados da Fazenda Paiol e Laranjeiras, em Cuiabá, invadem prédio do Inca; estão sem alimentação, sem sementes.

* 23/01 - 200 famílias, deslocadas da Fazenda Santa Rita, ocupam a Fazenda São Luís, em Presidente Prudente.

* 25/01 - Fazenda São Miguel, em Iaras, São Paulo: 900 famílias, acampadas à beira da estrada desde outubro de 95, ocupam a fazenda.

* Fazenda do Salto, em Barra Mansa, no Rio de Janeiro

* 2.500 famílias acampadas às margens da BR-285, em Santo Antonio das Missões, Rio Grande do Sul.

* Fazenda Concórdia, em Tarabaí, Pontal: recebidos a tiros, na madrugada

* Fazenda Volta do Rio, em Curionópolis, Pará: segunda invasão, em menos de 30 dias. 1 empregado da fazenda morto.

* Fazenda São Domingos, em Sandovalina, Pontal: 8 sem-terras feridos: Miriam Farias de Oliveira e Eraldo Francisco de Sousa atingidos por bala no peito; José Gomes da Silva, no ombro esquerdo; Eder Rodrigo Delgado, Antonio Levino, João Maria, ferimentos de bala; Carlos Alberto da Silva teve a clavícula quebrada e Weeley Malch foi atropelado pelo carro do segurança da fazenda. Em janeiro de 96, esta mesma fazenda foi ocupada e foi decretada a prisão da liderança do MST. O mesmo ocorre hoje: Márcio Barreto foi preso e a polícia persegue, com cães amestrados, à procura de José Rainha Júnior, Laércio Barbosa, Felinto Procópio e Claudemir Cano. Dia 23/02 foram presos os atiradores, incluindo o filho

do proprietário Manoel Domingues Paes Neto.

* 03/02 - Fazenda Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa, Bahia: 2 funcionários mortos

* 03/02 - 2.300 sem-terra bloquearam a BR-213, entre Canindé e Poço Fundo, em Sergipe contra a demora na desapropriação de quatro áreas.

* 04/02 - Fazenda Santa Tereza, em Euclides da Cunha: 300 famílias acampadas próxima à estrada de ferro, limite com a fazenda.

* 04/02 - Fazenda Guabiju, em Jóia, no Rio Grande do Sul: 1.400 famílias se dirigem ao acampamento de Santo Antonio das Missões. Brigada Militar cerca a fazenda, lança bombas de efeito moral e fere 3 sem-terra com balas de borracha. No dia 05/02 sem-terra formam barricadas com máquinas e tratores.

* 15/02 - 100 famílias ocupam o Distrito Agropecuário da Sufrema, a 100 km de Manaus. Já existem 300 famílias acampadas no local.

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Governo FHC retoma a ofensiva pró-imperialista e antipopular

O governo de Fernando Henrique Cardoso precisava resolver seu projeto de reeleição para retomar a implantação de seu plano econômico. Em meio às divergências quanto à reeleição, não pôde avançar medidas já previstas, como o programa de privatizações. Por outro lado, continuava e continua em pendência a aprovação no Congresso de pontos da reforma neoliberal, como a Previdência, Administração e Fiscal. Se anteriormente esse conjunto se arrastou devido às discordâncias inter-partidárias, no período da votação da emenda constitucional sobre a reeleição, tornou-se inviável discutí-lo e aprová-lo no Congresso. Agora, o governo se acha mais forte perante os partidos e frações de partidos opositores a alguns aspectos do Plano.

Os porta-vozes da burguesia, logo que se aprovou a reeleição, deram um ultimatum aos seus filhos rebeldes oposicionistas. Disseram: a vitória do governo foi a vitória do Plano Real. Cabe ao governo fortalecido levá-lo adiante. Aos oposicionistas parlamentares não resta outra alternativa senão admitir sua derrota e não servir de embaraço às reformas. Quem são os oposicionistas? O bloco PT, PDT e PCdoB. E uma pequena minoria do PMDB, somado por alguns parlamentares do PPB, PSDB etc.

No segundo turno da votação da reeleição, o governo ampliou ainda mais o número de votos favoráveis, que saíram das fileiras do PPB e PMDB. O que quer dizer a ampliação

de isolamento do bloco oposicionistas liderado pelo PT. A única importância desse fato é que os reformistas do PT alimentam ilusão de ampliar sua margem de influência através de cisões nos partidos orgânicos da burguesia. Chegaram a acreditar na possibilidade de derrotar Fernando Henrique Cardoso através de uma aliança anti-reeleição com o PPB e parte do PMDB.

Os reformistas são oposicionistas no interior da política burguesa. O que significa que nada têm a ver com uma verdadeira oposição revolucionária, ou seja, com a política proletária. Está aí por que não puderam atacar o centro da estratégia da reeleição, que é a do continuísmo do Plano pró-imperialista e antipopular. A reeleição é a face política do Plano econômico. Ao não se apoiarem na estratégia de combate aberto e frontal à política econômica do governo antinacional, submeteram-se à decisão do corrompido Congresso, que aprovou a emenda da reeleição. Do ponto de vista burguês, a vitória política da coligação governamental PSDB/PFL representa o triunfo da linha econômica do Plano Real.

O governo saiu aliviado do embate e se encontra em uma posição melhor para exigir dos mesmos partidos que o apoiaram a se empenharem na retomada da votação das reformas. Não é por acaso que o ministro Sérgio Motta se lançou seguro à privatização das telecomunicações. O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, apresentou as condições para a entrega da Companhia Vale do Rio Doce. O ministro Stephanes teve a ousadia de entregar ao Congresso uma nova versão da reforma da aposentadoria, que simplesmente esmaga os trabalhadores. E o ministro Bresser Pereira retomou seu objetivo de destruir a estabilidade do funcionalismo para que se possa demitir em massa.

Esse quadro favorável ao governo, que quer dizer favorável ao grande capital nacional e imperialista, diz respeito ao alinhamento da política burguesa. Em princípio, os opositores reformistas estarão condicionados por tal alinhamento. Isso porque sua política pró-capitalista e de submissão ao Estado burguês (à democracia capitalista) não pode por si só romper o cordão da vitória governamental. Dessa forma, a coligação FHC não vê nenhum risco advindo desses

opositores. O seu problema reside na atitude do proletariado e das massas em geral frente aos novos ataques.

Organizar o movimento nacional de massa

Os reformistas do PT, estalinistas do PCdoB e burocracia sindical, por se constituírem em oposição de discurso parlamentar e de inócuas caravanas à Brasília, estão fadados a continuarem como freio do movimento operário e popular. Essa foi a posição ocupada por eles no transcurso da aplicação do Plano Real e diante da reeleição. O segredo das facilidades do governo em atacar a vida das massas está no colaboracionismo indireto ou direto da burocracia sindical.

A diretriz de abertura pró-imperialista, privatizações, destruição de serviços públicos, corte de verbas e "flexibilização trabalhista" conduzem ao aumento do desemprego. É visível esse resultado, como indica a destruição maciça de postos de trabalho nos últimos anos. O capitalismo só tem a oferecer aos trabalhadores mais desemprego, miséria e destruição físico-mental de uma parcela cada vez maior da população. O fortalecimento do governo pró-imperialista, ainda que passageiro, significa maior ofensiva contra a vida das massas. Por isso, somente os explorados poderão barrar os ataques do Plano e combater o governo capitalista.

A tarefa colocada começa por organizar um movimento nacional pelo fim do Plano pró-imperialista, que possa desembocar na derrocada do governo pela via da mobilização de massa. Fora dessa linha, como pretendem os reformistas com sua política de submissão ao Parlamento da burguesia, será o desastre para a maioria oprimida. Os efeitos nefastos da reforma capitalista obrigarão, mais cedo ou tarde, as massas a se lançarem à luta grevista e manifestações de rua. Terão, certamente, de romper o freio do reformismo e da burocracia. O setor mais avançado da classe operária, dos camponeses e das correntes de esquerda têm o dever de trabalhar a denúncia do governo entreguista, dos ataques capitalistas e levantar a bandeira de "abaixo o Plano FHC e o governo pró-imperialista de fome e miséria".



Imperialismo pressiona Brasil para aumentar privilégios

As negociações entre Brasil e EUA ao redor das telecomunicações e da formação do mercado comum das Américas (ALCA) mostra que o imperialismo pressiona para obter ainda mais vantagens comerciais. Trata-se de uma necessidade do governo imperialista, que busca levar ao máximo os privilégios para a penetração do capital americano no país, em benefício das multinacionais e do capital financeiro internacional.

Nas telecomunicações, o governo brasileiro já ofereceu uma proposta que se constitui na maior abertura do mercado de telecomunicações à penetração estrangeira em toda a América Latina. Mesmo assim, o imperialismo quer mais. Trata-se de um mercado de 80 bilhões de dólares, que significaria um impulso para grupos norte-americanos. O governo brasileiro respondeu que é preciso haver uma compensação bilateral, ou seja, que é necessário que o governo americano reduza as restrições legais e fiscais aos produtos brasileiros exportados (como calçados, laranja, soja). O governo americano ignorou a proposta.

A formação do ALCA também esbarra no mesmo problema. Os EUA têm feito de tudo para os países das Américas abrirem seus mercados aos produtos americanos. Mas os EUA são um país extremamente protecionista em relação a sua economia interna. São o país que mais subsidia a agricultura, por exemplo. Por isso, as negociações ao redor da ALCA têm de manter o

protecionismo americano de fora. O que os EUA pretendem, mas não podem dizer em todas as palavras, é eliminar toda e qualquer barreira ao livre comércio dos produtos americanos, sem reduzir nenhuma proteção interna. Se efetivada, essa pretensão levaria à destruição quase que total do incipiente parque industrial de países atrasados, como o Brasil.

Ainda que não se efetive plenamente, essa diretriz levará ao aumento da opressão nacional, através dos privilégios ao imperialismo e do aumento do controle americano sobre as economias do continente.

Pressão americana aumenta a disputa interburguesa no Brasil

O problema da regulamentação da privatização das telecomunicações trouxe à tona mais uma polêmica entre as frações capitalistas: o ministro Sérgio Motta (PSDB) pretende que os recursos obtidos com a privatização das telecomunicações seja empregado em infra-estrutura, ou seja, vá para as mãos dos industriais brasileiros para ajudá-los a sobreviver competindo desigualmente com o imperialismo. Os capitalistas do mercado financeiro pressionam para que o dinheiro seja usado para pagamento de dívidas públicas. Dessa forma, em última instância, o dinheiro voltaria ao imperialismo, que detém a maior parte dos títulos das dívidas públicas.

Trata-se de mais um passo das re-

formas de FHC. A cada passo, agravam-se as disputas, porque significam, todos, a destruição de uma parte das forças produtivas do país em benefício externo, o que significa que a burguesia nacional tem de cortar na própria carne por imposição externa. Por baixo das disputas interburguesas, as massas sofrem com o agravamento de suas condições de vida e trabalho, já que os capitalistas procuram, em primeiro lugar, descarregar a crise sobre os assalariados.

A luta contra a opressão nacional depende da unificação das lutas operárias, populares, camponesas, estudantis etc., cujas reivindicações se chocam objetivamente contra o plano e as reformas de FHC e que dependem de sua unificação para dar-lhes forças para por abaixo o plano antinacional e antipopular. Essa luta antiimperialista se chocará contra a burguesia nacional e se colocará necessariamente como luta anticapitalista, podendo conduzir à revolução social (proletária).

NACIONAL



Governo retoma ofensiva contra a previdência pública

O ministro da Previdência Reinhold Stephanes anunciou nova proposta governamental para reformar a Previdência. Depois de aprovada a reeleição, o governo retoma a iniciativa de atacar a aposentadoria pública. A proposta inclui o aumento da idade mínima de aposentadoria em 5 anos, que seria aumentada de um em um ano a cada dois anos. Além disso, voltaria-se a debater o fim das aposentadorias especiais, seria estabelecido um teto (valor máximo) para as aposentadorias e reajustes menores que a inflação.

A reforma da previdência é parte das reformas antinacionais e antipopulares ditadas pelo imperialismo ao país e implementadas pelo governo FHC. Tem por objetivo atacar a previdência pública, reduzindo os gastos governamentais com ela (para possibilitar o sustento do parasitismo financeiro) e a sua privatização, em benefício das seguradoras privadas, principalmente as estrangeiras.

O aumento do limite mínimo de tempo para a aposentadoria para 65 anos significa na prática a extinção desse direito para grande parcela da população assalariada, que teria de trabalhar até morrer, contribuindo para sustentar uma previdência que nunca utilizará.

O fim das aposentadorias especiais pretendido pelo governo não é o fim das aposentadorias de parlamentares, que passam a ganhar um salário

vitalício após oito anos de mandato, ou aquelas dos apadrinhados políticos etc. O que o governo quer é acabar com as aposentadorias especiais de professores e outras profissões desgastantes como operadores de radiologia etc.

O estabelecimento de um teto de aposentadorias baixo é instrumento para espantar os assalariados da aposentadoria pública e desviá-los para os planos de previdência privada, que poderiam pagar tetos maiores, para aqueles que podem contribuir com mais.

A idéia de se reajustar a aposentadoria num valor menor que o da inflação é um instrumento de arrocho e de novo favorecimento das seguradoras privadas.

Como se pode ver, o plano do governo é privatizar e destruir a previdência pública, de ataque às condições de vida das massas e tudo isso em benefício da especulação e das seguradoras privadas.

As organizações de massa devem rechaçar integralmente o plano de reforma da previdência do governo, parte do plano mais geral, antinacional e antipopular de FHC, ditado pelo imperialismo. Qualquer tentativa de negociar esse descalabro por parte das direções se constituirá em traição aos trabalhadores.

Organizemos a luta em defesa da previdência pública! Transformemos essa luta em luta geral contra o Plano de Fome de FHC!

Governo caça lideranças do MST: lutemos em defesa dos sem-terra!

Os sem-terra do Pontal do Paranapanema de São Paulo têm sofrido sistemáticas ameaças e agressões dos fazendeiros da região. Para não ficarem à mercê dos latifundiários e seus capangas, os sem-terra da Fazenda São Domingos, em Sandovalina, tentaram ocupar a sede da propriedade, com o objetivo de pôr fim às constantes provocações (tiros) dos jagunços e da ameaça do proprietário de lhes destruir 280 hectares de milho plantados. Foram rechaçados à bala, sendo que vários deles ficaram gravemente feridos.

Logo após a tentativa de ocupação, a justiça suspendeu a liberdade provisória das lideranças do MST, entre eles José Rainha, e colocou a força repressiva policial para caçá-los. Diversos acampamentos foram vasculhados, alguns sem-terra foram presos por porte de arma, e o líder Márcio Barreto foi preso. Os outros sem-terra estão foragidos.

A atitude da justiça marionete dos proprietários é a resposta às ocupações, retomadas como método essencial da luta pela terra desde janeiro. A perseguição política vinha sendo reivindicada pelos latifundiários, pelos capitalistas das cidades e pela imprensa burguesa. A justiça aproveitou-se do fracasso da ocupação e da resposta à bala do latifúndio para retomar a ofensiva de perseguições políticas.

As ocupações de terra foram retomadas pelo fracasso dos acordos do MST com o governo e os fazendeiros, pelo fracasso da cam-



Márcio Barreto está preso, e a polícia caça as outras lideranças do MST.

panha governamental em torno do novo imposto da terra (IPR) e pela paralisia geral da política de assentamentos. A direção do MST expressa a política reformista do PT e aliados, que busca negociar com o governo uma política de assentamentos e só utiliza as ocupações de terra como instrumentos de barganha.

A impossibilidade de atender a massa de sem-terra através da miserável política de assentamentos impulsiona a tendência camponesa de ocupações de terra como meio de resolver o problema. Essa tendência se choca contra o latifúndio, que cada vez se arma melhor para enfrentar as ocupações, inclusive com a contratação de profissionais assassinos, como ficou comprovado com as prisões de vários jagunços de fazendeiros da região que tinham residência em outros estados, especialmente em Mato Grosso. Configura-se assim uma tendência geral de conflito armado no campo.

A atitude da justiça burguesa de iniciar a caça às lideranças do MST mostra a disposição governamental de ampliar a repressão sobre o movimento, na tentativa de enquadrá-lo à política miserável de assentamentos.

Ao se armarem, reconstruindo a

reacionária UDR, os latifundiários conseguiram impor ao governo o caminho da repressão aberta ao MST.

O pacifismo da política reformista da direção do movimento coloca os sem-terra numa posição frágil. Sem a autodefesa, o movimento está a mercê dos jagunços. E a ausência do apoio do movimento operário e popular das cidades deixa os sem-terra isolados, sem a perspectiva de projeção de um movimento unitário e em nível nacional.

As prisões e a perseguição aos líderes do movimento estão baseadas em processos referentes a ocupações de terra anteriores. Trata-se de uma ação política, que não pode ser combatida apenas judicialmente. Depende da pressão popular que rechace a perseguição e se coloque em defesa do movimento e de suas lideranças.

Trata-se de organizar imediatamente um movimento nacional em defesa das ocupações de terra e pelo fim da perseguição política às lideranças. Todas as organizações sindicais, populares, estudantis etc. devem se colocar imediatamente por isso. Formemos comitês de apoio aos sem-terra e de luta contra a opressão política e social. Organizemos a aliança operário-camponesa.

O que a Igreja propõe é conciliar os extremos



Devido ao agravamento da luta de classes no campo, aumenta a pressão do governo por todos os lados para quebrar o movimento dos sem-terra. Os jornais fazem campanha para que o Estado reprima as ocupações, os fazendeiros exigem respeito à propriedade privada, o ministro Raul Jungmann ameaça em não fazer assentamentos em terras ocupadas e o Ministro da Justiça Jobim prepara uma investida policial sobre os acampamentos e articula a prisão das lideranças do Pontal.

Recentemente, Fernando Henrique Cardoso, visitando o papa, se queixou do apoio da Igreja ao MST.

Tal reclamação teve o intuito de exigir que o pontífice intervenha para limitar a ação de uma parcela da Igreja. O governo muito bem sabe que apenas uma ala apóia o MST.

Imediatamente, D. Lucas, conhecido pelo seu reacionarismo, se prontificou a mediar a relação entre o MST e o Estado. O objetivo é o de arrefecer o conflito que vem se expandindo devido às ocupações e ao ataque dos latifundiários, que passaram da ação verbal para o uso das armas.

O governo pretende cercar o MST por todos os lados. Planeja uma investida chamada desarmamento. Aprovou uma lei de porte de arma,

cuja finalidade é apenas a de justificar a operação policial-militar contra os sem-terra. O cerco político e a repressão visam quebrar o ímpeto das ocupações, que nos últimos meses foram abrangentes. Mais do que isso, as pressões pretendem empurrar a direção do MST a um acordo que breque as ocupações e encaixe os sem-terra nos objetivos da reforma governamental. Reforma essa cuja finalidade é ludibriar os camponeses e preservar a estrutura latifundiária.

É preciso rejeitar a proposta de conciliação de D. Lucas. A via é a de aumentar a capacidade das ocupações e estabelecer a unidade entre trabalhadores agrários e urbanos. Como se vê, o problema da conquista da terra se torna cada vez mais um problema da revolução proletária. E se não se trilhar esse caminho, organizando a aliança operária e camponesa, a derrota dos camponeses será inevitável. Eis por que é um dever revolucionário rechaçar o colaboracionismo vinda de onde vier.

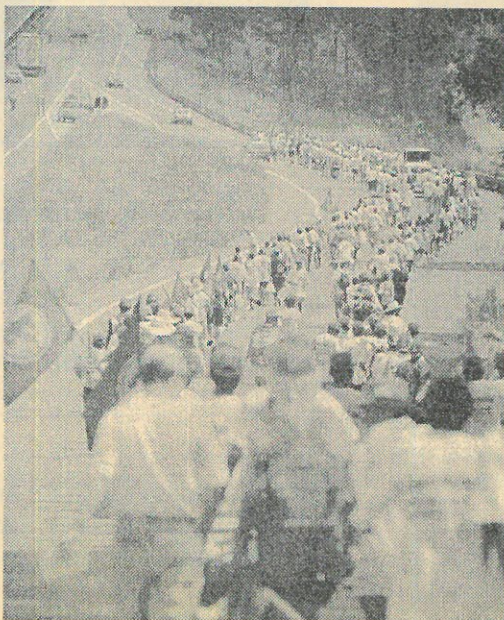
Nacional



Todo apoio à marcha do MST

O movimento dos sem-terra iniciou sua planejada mobilização nacional no dia 17 de fevereiro. De três pontos do país, partirá a marcha. De São Paulo, Rondonópolis (MT) e Governador Valadares (MG). Estima-se que cerca de 1300 participantes comporão ao todo as três colunas. Os sem-terra percorrerão a pé mais de mil quilômetros, chegando em Brasília no dia 17 de abril, data do massacre dos camponeses de Eldorado dos Carajás.

Nesse dia, espera-se fazer uma grande manifestação contra a política econômica do governo. Exigirá a punição aos assassinos dos camponeses, bem como as reivindica-



ções de reforma agrária do MST. Essa marcha heróica, no entanto, só ganhará projeção e fará o governo atender as reivindicações caso nos centros urbanos a classe operária também se manifeste.

O Partido Operário Revolucionário defende que a CUT e os sindicatos façam uma campanha nacional até a data do dia 17 de abril, mobilizando as bases operárias e populares contra o Plano de reforma de fome e miséria de FHC. Quanto à punição dos assassinatos e agora do ataque da UDR contra os sem-terra do Pontal, é necessário constituir um tribunal popular, que resulte da mobilização operária e camponesa.

Escândalo dos precatórios mostra podridão capitalista

A formação da CPI dos precatórios mostra que os escândalos sobre as negociatas com os títulos públicos chegou a um ponto perigoso, que expõe toda a podridão da corrupção da burguesia e de seus políticos.

Os precatórios são títulos públicos emitidos para pagamento de sentenças judiciais decretadas sobre dívidas dos estados e municípios. São um meio dos governos conseguirem dinheiro emprestado para pagar essas sentenças judiciais. O problema é que alguns governos estaduais e municipais utilizaram esse mecanismo para levantar dinheiro em caixa, para aplicarem em seus programas de governo e em campanhas eleitorais. Nesse processo, todos os envolvidos no processo arrumaram um jeito de ganharem dinheiro com a manobra. Primeiro, algumas dessas dívidas públicas eram fajutas, fraudadas. Os governos vendiam esses e os outros títulos públicos com descontos excessivos às corretoras, e imediatamente

conseguiram dinheiro em caixa. Os intermediários entre os negociantes levavam comissões de 7%, o dobro das comissões em uso no mercado. As corretoras passavam o dinheiro a empresas de fachada ("laranjas"), com as quais faziam supostos negócios que davam prejuízo. O dinheiro era então passado a doleiros, que o enviavam ao exterior. Esse era o destino do dinheiro público. No fim, os títulos eram novamente negociados com o governo, que pagava pelos títulos valores bem mais altos do que quando os vendeu.

As empresas estatais também entravam no jogo, com as chamadas debêntures. Esses títulos são empréstimos que podem ser pagos depois com altas taxas de juros ou transformados em ações das empresas. As corretoras também agiam com eles e no final os compradores seriam donos de ações das estatais mais rentáveis a preços bem abaixo do mercado.

Nesse processo, estão envolvidos os governadores e prefeitos e seus secretários, diretores do Banco Central, que davam parecer favorável ao apresentá-los ao Senado, os senadores que levavam os precatórios à Comissão do Senado e os aprovavam. Além desses políticos, ainda estão envolvidos banqueiros, os donos das corretoras, os "laranjas" e os doleiros. Como se vê, a lista de corruptos envolvidos nas manobras é enorme. Se fosse apurado, o caso levaria a um escândalo das dimensões da CPI do

Orçamento, ou maiores.

Por isso o Senado rapidamente constituiu uma CPI para avaliar o caso. De suspeitos passaram a juízes. A CPI é novamente uma forma de criar uma cortina de fumaça para esconder a corrupção política e econômica, que permeia totalmente o Estado burguês e é uma de suas bases de sustentação. Faz-se uma representação demagógica que se apresenta às massas como moralizadora, mas que na prática serve para passar atestado de honestidade aos corruptos. Quem não se lembra da CPI do orçamento, que tinha centenas de nomes envolvidos nos escândalos do orçamento e que no final cassou apenas 6 deputados?

O dinheiro público, desviado em dezenas de milhões para os participantes dessa fraude, também vem da exploração do trabalho assalariado, de onde os capitalistas extraem seus lucros. Por isso, são os assalariados os que devem julgar a burguesia pelos seus crimes, através dos Tribunais Populares.

Não se trata de fazer as farsas de julgamentos teatrais que fazem os reformistas nas universidades, mas de organismos construídos a partir da mobilização de massa, formados a partir da eleição de delegados em assembleias de base soberanas. Somente os Tribunais Populares podem apurar de verdade o escândalo e levar às últimas conseqüências o seu julgamento, impondo-se à burguesia apodrecida.

Nacional



Ahora ¡ACCION DIRECTA!

La fuerza política dirigida a parar, por las calles, esta de ahora en adelante, sin embargo de la fuerza de la opresión. Los hechos hablan con claridad sobre esto.

Para una cooperación con el Ministerio de Trabajo diversas comisiones para paralizar el sistema de trabajo sobre todo y a corto plazo. Para la actividad en la industria de la minería y las zonas a ser explotadas, también para llegar a acuerdos con el gobierno, que respaldan a la política de la burguesía.

Por que cuando todo esto comienza a la acción directa, única manera de mejorar las condiciones de las masas.

PROLETARIOS DEL MUNDO UNIOS!

MASAS

Nº 1552

La Paz, GUST. el 12 de Octubre 1997. Precio: Es. 2.00

Se gana mucho del mundo entero revolucionario involucra al mundo de ahora por la reconstrucción de la IV I.

GENERALIZAR LA LUCHA. ORGANIZAR COMITES DE HUELGA Y DE BASES.

PARA LOS INTERCANTAS LAS MASAS ESTAN CARGADAS, EN DISPENSA, EN UN MUNDO LAS UNICION PARA JURISDICCION SU FACTA DE, DIALOGO Y DE LA TRACCION PARA PODER CONCLUIR ACUERDOS CON EL GOBIERNO BURGUES, CON EL ENBAIRO DE CLASE.

TODO ESTO ES MENTIRA Y SON LOS SEÑORES, COTONANOS LOS QUE DESMONTAN A LA BURBUJA TRUCERA.

LOS TRABAJADORES DE SALUD ESTAN MOVILIZADOS Y RECLIBREN A LA HUELGA. LOS TRABAJADORES DE LOS FONDOS DE SEGURIDAD PROTAGONIZAN UN LARGO PERIODO. HASTA LOS ESTUDIANTES HAN COMENZADO A LUCHAR CONTRA LAS CORTES DE CUENTAS DE LA EMPRESA Y LA RESPONSABILIDAD.

MEJOREN LOS ESTADOS DE EMERGENCIA Y LAS AMENAZAS DE GANAR LAS CALLES. ETC.

Lo que tiene que hacerse es centralizar esos movimientos aislados y esporádicos, para así GENERALIZAR LA LUCHA, única manera de doblegar al mal gobierno.

¡Póngase a organizar la lucha de masas y a la vez realícelos que otros lo han hecho! LOS INTERCANTAS TIENEN QUE SABER QUE SON LAS MASAS LAS QUE LUCHAN Y, POR ESTO, TIENEN QUE CHEQUEAR O ORGANIZAR QUE HACEN EN LA LUCHA Y POTENCEN LA CAPACIDAD QUE ADQUIEREN LOS EMPLEADOS Y OBREROS NO EN SU INDIVIDUALIDAD, EN EL FRENTE DE MARCHA. HAY QUE ORGANIZAR COMITES DE RESPONSA EN LAS BASES DE LAS MASAS EN LA DIRECCION DE LAS OPERACIONES, QUE CONTROLAN TODOS LOS MOVIMIENTOS DE LAS DIRECCIONES, POR ESTO MISMO DEBEN GENERALIZAR LA LUCHA MISMO.

COMITES DE HUELGA Y DE BASES, INCLUSIVE ANTES DE QUE ESTALLEN LOS COMBATES.

POR LA REVOLUCION Y DICTADURA PROLETARIAS

4 Masas

ORGANO DEL PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO

Nº 113 31/1/97 \$1 Solidario \$2

Sección del Comité de Enlace por la Reconstrucción de la IV Internacional

¡A Cabezas lo asesinan LAS MAFIAS CAPITALISTAS!

Jornais Masas da Bolívia e Argentina, das seções nacionais do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Para adquiri-los, entre em contato com o distribuidor deste jornal.

POR avança sua influência política a partir da elaboração do programa na educação

O Partido Operário Revolucionário (POR) realizou, em fins de fevereiro, uma série de atividades no Rio Grande do Norte. Em Natal, debateu-se no Sindicato dos Servidores Federais o tema "Internacionalismo e Globalização" e, na Universidade Federal, o problema da reforma educacional do governo, envolvendo o Plano Decenal e a nova Lei de Diretrizes de Bases. Em Ceará Mirim, cidade do interior, discutiu-se o conteúdo da política neoliberal (pró-imperialista) do governo Fernando Henrique Cardoso.

Em todas essas discussões, procuramos demonstrar o processo de desintegração objetivo do sistema econômico capitalista, as tendências reacionárias da burguesia nacional e internacional de atacar a vida das massas e a necessidade premente da constituição do Partido Operário Revolucionário. Um aspecto que ressaltou, nos três debates, foi a posição do reformismo petista e a necessidade de derrotá-lo no seio das massas. Por aí derivou a crítica ao centrismo do PSTU, que como tal não consegue traçar uma linha e ter uma conduta prática de

independência frente ao PT.

Ceará Mirim foi o lugar em que mais se manifestou a preocupação em torno da construção do partido revolucionário. Muito se indagou sobre o programa do POR, sua distinção do PT e sua firmeza prática. A experiência negativa com o reformismo que se corrompe no eleitoralismo tem levado ex-militantes a perguntarem como construir um partido que não fará o mesmo. Essa preocupação legítima possibilitou se discutir a tese marxista-leninista-trotskista do partido-programa. O interesse crescente por um número cada vez maior de militantes, estudantes e trabalhadores pelo marxismo, que se materializa na estruturação do partido, é sinal de que melhoram as condições para se organizar um amplo setor que, por experiência própria, desperta para os objetivos da revolução e ditadura proletárias.

NACIONAL

Ceará

A luta pela construção do Partido é debatida



Em Fortaleza, também em fins de fevereiro, nosso partido fez um debate sobre "A Conjuntura Internacional e Nacional e as Respostas do Movimento Operário". Analisou-se a estratégia centralizada e unificada do imperialismo diante do avanço da crise de superprodução, da guerra comercial e das ameaças de quebra capitalista. A compreensão de que o Plano Real integra esse plano geral do imperialismo se mostrou importante para se entender a tática da Frente Revolucionária Antiimperialista, bem como as razões pelas quais o reformismo se mostra impotente perante a ofensiva neoliberal.

Concluiu-se pela importância da bandeira de "abaixo o Plano Real e pela derrocada do governo Fernando Henrique Cardoso". E que a intervenção nos recém-criados fórum sindical e popular e fórum estudantil se dê sob o programa antiimperialista e anticapitalista e que se procure materializar concretamente a tática da Frente Revolucionária Antiimperialista.

Uma outra atividade foi a da discussão da concepção leninista do partido. Demonstrou-se historicamente as bases do nascimento da concepção de partido marxista e a grande contribuição de Lenin para sua evolução. Alguns pontos tiveram maior realce. São eles: programa e partido; partido e classe; teoria e prática; regime de funcionamento centralista democrático; trabalho aberto

e clandestino e partes constitutivas do partido. Cada um desses pontos foi sendo discutido progressivamente.

Em cada aspecto tratado se apresentava exemplos do passado e do presente. Um dos exemplos do presente muito comentado foi a da estrutura anti-leninista do PSTU, que se constituiu sobre a base de círculos e não de células. Também se demonstrou que essa corrente centrista não adota o regime de centralismo democrático, uma vez que proíbe o direito de tendência e de fração no seu interior depois de realizado o Congresso. Pudemos assim verificar que a estrutura partidária do PSTU corresponde a posições políticas estranhas ao proletariado e reflete uma diretriz revisionista do marxismo-leninismo-trotskismo. Ao contrário, o POR incorpora integralmente a concepção leninista, procurando adaptá-la às condições concretas da luta de classe no Brasil. Igualmente, se analisou as distinções quanto à concepção do internacionalismo proletário, que diz respeito à constituição do Partido Mundial da Revolução Proletária.

CNTE - Realizada plenária da Oposição

No dia 15 de fevereiro foi realizada uma reunião com todas as correntes e grupos independentes de professores que se colocaram favoráveis ao programa da chapa 5, no Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Um programa que tem como essência a luta pela derrubada integral do Plano Real e do governo pró-imperialista de FHC. Que se coloca pelo fim da reforma privatista do ensino e em defesa da escola pública, gratuita, autônoma e científica. Que tem como estratégia a destruição dos sistema capitalista de exploração do trabalho, através da revolução e ditadura proletárias. Portanto, a defesa do socialismo. E que tem como tática o combate a burocratização dos sindicatos e que levanta a construção das frações revolucionárias no seu interior.

Na reunião, debateu-se o balanço do Congresso da CNTE e as perspectivas desse agrupamento de oposição. Foi apresentada pelo POR a proposta de se lançar uma Carta-aberta aos professores denunciando a reforma do ensino e exigindo da diretoria da Apeoesp a convocação imediata de uma assembléia para aprovar o caminho da luta. Demonstramos a necessidade urgente de se preparar a unidade grevista da classe para reivindicar o reajuste salarial, as condições de trabalho e o fim da reforma destruidora do ensino público. Por outro lado, foi aprovado uma nova plenária para que se discuta mais profundamente o programa. Para o POR, a discussão do programa e ação prática no interior da classe caminham juntos. Nesse sentido, elaborou-se um plano de visita às escolas com a Carta e a convocação de uma plenária mais massiva de professores de oposição.

Publicamos abaixo a Carta-Aberta.

Carta Aberta aos professores Salário congelado, até quando? Chega de destruição da escola pública!

A reforma do ensino implantada pelo governo tem como objetivo a municipalização da quase totalidade das escolas públicas. Isso porque atingirá o ensino fundamental, cerca de 80% das matrículas. A municipalização é a porta de entrada para a privatização de parte ou de níveis inteiros de ensino. Foi assim que ocorreu no Chile e em outros países da América, onde se efetivou essa mesma reforma nos moldes ditados pelo Banco Mundial. E o resultado foi a destruição da escola pública em prol da rede privada.

Após um ano de reforma na educação, a municipalização já se efetivou em várias cidades e tende a acelerar com a criação do chamado "Fundo de Desenvolvimento", que seqüestra 15% da arrecadação dos municípios e só os devolve com a assinatura dos "convênios de municipalização". A pressão é violenta para que os prefeitos assumam o ensino público. Por outro lado, as parcerias com as empresas privadas também cresceram. Basta que lembremos o exemplo da Motorola, da Natura etc que já estão gerenciando algumas escolas.

As conseqüências dessa reforma têm sido muito dura para a maioria trabalhadora. O fechamento e a divisão das escolas causaram a superlotação das salas de aulas e a expulsão de uma parcela, que sequer conseguiu vagas. Trouxe, também, o desemprego. No ano passado, foram 40 mil demissões. Nesse ano, certamente o número foi grande, pois não havia aulas, de várias disciplinas, na atribuição. A qualidade do ensino é uma farsa, pois tem sido medida pelos índices de aprovação. Os salários dos trabalhadores em educação estão cada vez mais arrojados e na maioria das escolas sequer tem funcionários. Computador e antena parabólica não limpam escolas.

Como se vê, a reforma da educação do governo Covas não atende em nada os interesses dos alunos, pais e educadores. Ao contrário, está a serviço da redução dos gastos para com o ensino, para que o estado possa pagar em dia as dívidas com os banqueiros, empreiteiros etc. Há mais de um ano que estamos denunciando e nada de concreto foi alterado. Os abaixo-assinados, os recursos

na Justiça, a caravana no Palácio, os atos por região etc foram inúmeros. Porém, faltaram a unidade e a organização do movimento de resistência contra essa reforma privatista.

A ausência de assembléias onde os professores pudessem se organizar e aprovar um plano de ação foi decisiva para que o governo continuasse de mãos livres para impor a reforma. A política de só negociar sem a mobilização da categoria já demonstrou seu fracasso. Por isso, é preciso que a diretoria da Apeoesp imediatamente convoque a assembléia geral para organizar a luta dos educadores e alunos em defesa da escola pública e das condições de trabalho.

Na matéria paga de domingo, 16/2/97, o presidente da Apeoesp nada propôs. Ao contrário, a categoria como já provou em governos anteriores, tem condições de organizar um grande movimento contra Mário Covas e seu projeto de destruição da escola e congelamento de salários. Também já ficou demonstrado que só a greve é que garantiu e garantirá conquistas.

Nesse sentido, a denúncia na TV, rádio etc de nada vale se não vier acompanhada da ação da classe. Assim, dirigimos essa carta reivindicando da diretoria da Apeoesp a convocação de uma assembléia para meados de março, com objetivo de aprovar o caminho da luta.

Chega de imobilismo!

Chega de conversa mole!

Unificar os professores, funcionários, alunos, pais em torno da mobilização contra a reforma de Covas!

Oposição: Diadema, Oeste/Lapa, Leste/Penha, Leste/Mooça, Mauá, Santo André, São Bernardo, Suzano, Poá, Avaré, Jundiaí, Campinas, Itaquacetuba, Cotia, Araraquara e Apiaí.

Box: A Corrente Proletária na Educação, vinculada ao POR, publicou um texto intitulado "O choque estratégico entre o reformismo e o marxismo no interior dos sindicatos". Trata-se do balanço político do XXVI Congresso da CNTE, onde estas duas tendências estiveram presentes e polarizaram as discussões.

O POR vem se caracterizando por ser uma corrente que extrai as lições das experiências concretas da luta de classe e dos embates políticos entre as correntes. O marxismo valoriza a teoria revolucionária como guia para a ação prática.

Adquira o folheto com os militantes poristas ou pela caixa postal.



As propostas da CNTE para os funcionários de escola

No Congresso da CNTE, as discussões com relação ao funcionário de escola giraram em torno da profissionalização. Os dirigentes dos vários sindicatos e a direção da CNTE (todos da Articulação), acreditam que, diante do avanço da tecnologia, cabe ao funcionário de escola o seu aperfeiçoamento profissional para deixar de ser considerados agentes não docentes e serem inseridos no processo educacional. Um dos argumentos utilizados foi o de que o processo de ensino/aprendizagem se limita a sala de aula, desconsiderando os espaços existentes no restante do prédio escolar (pátio, cantina, secretaria e cozinha). Um outro argumento usado foi que os avanços tecnológicos encontram os funcionários despreparados para viver este desenvolvimento. Os exemplos citados:

Computadores, fax, microondas etc. Nesse sentido, as propostas da direção da CNTE foram a criação de cursos profissionalizantes tais como: técnica em administração escolar (secretaria), técnico em nutrição escolar (merendeiras), assim os funcionários deixariam de ser agentes

não-docentes para se tornarem educadores. Um outro eixo abordado foi o plano de carreiras onde os funcionários, com esses cursos, poderiam se promover automaticamente de um cargo para outro dentro do mesmo quadro funcional.

Analisando as propostas aprovadas no congresso, tem-se a impressão de que os cursos profissionalizantes acabariam com a divisão do trabalho, deixariam de ser trabalhadores apenas braçais e, com uma formação técnica, passariam a ter espaços iguais no processo educacional, tendo condições de fazer discussões com os professores etc.

Essa proposta traz ilusões para o funcionário de escola, o que a direção da CNTE deixou de colocar é que a desqualificação profissional faz parte da destruição da escola pública, ilude os trabalhadores dizendo-lhes que basta operar um computador para ultrapassar a divisão do trabalho, esquece-se de que a tecnologia usada pelos patrões hoje serve apenas para demitir. Essa situação se dá em todos os setores, como por exemplo os bancários. Portanto, não bastam cur-

sos profissionalizantes para superarmos a barreira colocada pelo capitalismo, que impõe a divisão entre aqueles que pensam e os que fazem, pois essa divisão não se limita a escola, mas a toda a sociedade capitalista.

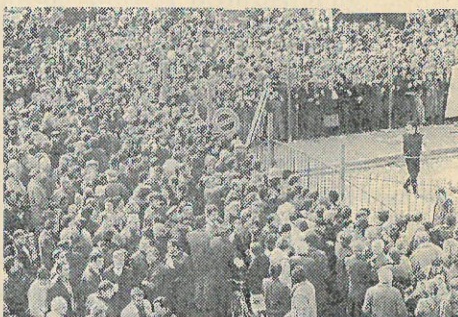
Ainda assim, não são as faltas de cursos que demitem e desvalorizam o funcionário de escola, mas a escola como ela é, pensada para apresentar e ensinar a ideologia da burguesia.

Para superarmos nossa condição de serviços, não basta apresentarmos diploma, teremos que lutar contra a destruição da escola pública, defendendo uma escola enraizada na produção social, onde o conhecimento das máquinas e da teoria esteja sob o controle total dos trabalhadores.

A restauração capitalista na Albânia mostra sua face

A Albânia vem sendo sacudida com manifestações de rua, greve de fome de estudantes e protestos de vários setores contra o governo pró-capitalista de Sali Berisha, que tem reprimido violentamente. A luta começou quando o sistema de especulação financeira e fraude bancária explodiu, confiscando depósitos e aplicações da população. Com o apoio do governo, os bancos passaram a oferecer ganhos especulativos à população que aplicasse suas economias. Tal esquema se chamou "pirâmide". Em pouco tempo, o sonho se desfez. A pirâmide desabou e seus destroços recaíram sobre a população. Esta viu que foi enganada pelo ilusionismo capitalista de enriquecimento fácil.

Por detrás da manobra especulativa dos bancos, estava e está a corrupta burocracia estatal, da qual faz parte o governo de restauração capitalista. Há pouco tempo, o Partido do Trabalho, de Enver Hoxha, foi destituído do poder através de



mobilização de rua. As massas descontentes com o estalinismo foram guiadas por posições pró-capitalistas. Dentro do próprio Partido do Trabalho se destacou uma ala abertamente defensora da destruição das conquistas revolucionárias do proletariado e camponeses albaneses.

As massas que saem às ruas agora, certamente, são as mesmas que colocaram no poder o governo Sali Berisha. A

luta por reaver suas perdas e pela derrubada do governo não resolverá absolutamente nada se permanecer nos marcos dos interesses particulares. É necessário dirigir o combate pela constituição de um governo operário e camponês e pela expulsão de todos os pró-capitalistas, sejam eles provenientes do Partido do Trabalho ou não. Esse objetivo só poderá ser alcançado se o proletariado construir um partido da IV Internacional, de forma a se emancipar totalmente dos grilhões do estalinismo e da fração burguesa que se reconstitui.

Governo francês avança medidas fascistizantes contra imigrantes

Durante duas semanas, a França viu intensas manifestações de milhares e milhares de pessoas, que saíram às ruas contra o projeto de lei anti-imigração do ministro Jean-Louis Debré. No seu artigo 1º, se exigia que os franceses que alocassem estrangeiros de países não vinculados à União Européia delatassem suas presenças na França, notificando à Prefeitura o momento de suas partidas. Setores progressistas da intelectualidade e populares responderam a esse cerceamento fascistizante com manifestações de massa.

O governo se viu acuado e, para alcan-

çar a aprovação no Parlamento, se viu obrigado a modificar tal artigo. Ao invés da população estar obrigada a notificar à Prefeitura, é esta que passa ter a obrigatoriedade de emitir certificados de alojamento, sem os quais o imigrante não poderá obter visto de entrada. É claro que o conteúdo fascistizante permaneceu.

A ofensiva do governo contra os imigrantes é um reflexo da crise estrutural do capitalismo, que atinge brutalmente as potências. Na França, cresce o desemprego. O governo capitalista não tem como tomar medidas para superar esse fenômeno típico do capitalismo em decomposi-

ção. Dessa forma, vale-se de recursos cerceadores e repressivos contra os imigrantes, que por sua vez se deslocam de seus países capitalistas semicoloniais falidos a procura da sobrevivência. A luta de massa contra o projeto de lei anti-imigração deve vir acompanhado de um programa de defesa da vida das massas e de destruição do sistema capitalista de exploração do trabalho.

Educação



Internacional

Reúne-se o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Foi em 1º de março, em La Paz na Bolívia. Transcrevemos abaixo trechos da ata da reunião.

Informes:

Bolívia: A situação política na Bolívia é favorável para nosso trabalho. A situação política revolucionária avança para adiante pelo impulso instintivo das massas. A transformação em luta política é obstaculizada pela burocracia sindical.

As denúncias do governo contra a atividade conspirativa do POR afirmam a situação de preponderância do partido no cenário político.

O problema está em que nossa organização possa elevar-se até a altura de poder cumprir a tarefa que coloca esta realidade. Vem-se trabalhando para afirmar a penetração nas massas e para que os militantes possam emergir a partir delas como direção física dos explorados. Há avanços a respeito, ainda que pequenos.

No último congresso da Confederação de Professores se evidenciou nossa importância numérica e ideológica no campo sindical.

O governo realiza uma sistemática campanha de denúncia contra o POR pelas chamadas ações subversivas que vem realizando. Há quase certeza de que se desencadeará logo uma descomunal repressão contra o trotskismo.

Brasil: A aprovação do direito à reeleição de FHC expressou a unidade burguesa em torno do Plano Real e da necessidade de manter o governo que o sustenta. Em

que pesem as divergências interburguesas, a aliança governamental que o sustenta é necessária para a continuidade de seu plano de reformas antinacionais e antipopulares.

O reformismo (PT e aliados) se colocaram contra a reeleição de FHC. Não questionaram o fundo da política burguesa do Plano Real, sua crítica se refere a questões secundárias. Com essa política acabaram submetendo as massas à política burguesa. A aprovação da reeleição paralisou o reformismo, que por sua falta de diferenciação da política burguesa não pode desenvolver uma política própria.

Apoiando-se na aprovação da reeleição, o governo retoma a ofensiva para a aplicação de seu programa de reformas (reforma da previdência, reforma administrativa, privatizações).

O esgotamento dos acordos entre o MST, os governos e os latifundiários, somado ao fracasso do governo em torno à campanha do imposto sobre a terra, que aparentemente iria afetar os latifúndios, levou ao reinício das ocupações de terras. Como resposta, os latifundiários e a grande burguesia não só pressionaram o governo a reprimir os sem-terra como que por sua conta armaram bandos paramilitares. O último conflito armado levou a justiça burguesa a reiniciar a perseguição política aos dirigentes dos sem-terra. Isso levou o MST a suspender as ocupações.

O movimento operário voltou a retomar o caminho grevista, duplicando as greves em relação a 1995. Essa tendência se choca contra a direção burocrática, direitista e reformista. Ambas frações se constituem obstáculos para a generalização da luta contra o Plano Real.

O partido tem desenvolvido as consignas de "Abaixo o governo antinacional e antipopular e seu plano de fome" e "Defesa das ocupações de terra, conformação de piquetes armados de autodefesa, materialização da aliança operário-camponesa".

Argentina: A burguesia, em suas diferentes expressões políticas, se

lança à disputa eleitoral de 1997 e 1999. Contraditoriamente com essa situação, o governo de Menem segue aplicando a fundo seu plano antipopular. Por outro lado, se produz um realinhamento da suposta oposição no campo burguês, sem maior diferenciação política com o plano de conversões. Ante as diversas crises do governo Menem, esta "oposição" permitiu a continuidade daquele com o argumento de não debilitar as instituições democráticas.

Neste marco, o assassinato do jornalista Cabezas se converte em uma bomba relógio nas mãos do governo, da qual não pôde até agora desfazer-se. Como consequência deste episódio, grandes setores populares vêm realizando importantes mobilizações que obstaculizam as pretensões eleitoralistas do governo e ajudam a revelar a putrefação da classe dominante e a parcialidade da sua justiça burguesa para castigar o crime.

No que diz respeito à situação das massas, a tendência à mobilização generalizada, expressa nas últimas greves gerais nacionais e à pueblada de Cutral-co (Neuquén), foi obstaculizada pelas diversas expressões da burocracia sindical. Estas vêm desenvolvendo uma política de colaboração com o governo e as câmaras empresariais e buscando como horizonte político a possibilidade de integrar-se a alguma fração burguesa para as eleições.

A esquerda reformista já se lançou à disputa eleitoral sem superar sua política anterior.

Resultado da combinação desses fatores, somado à debilidade do partido, se potenciaram as ilusões democráticas das massas.

O VII Congresso do partido, apoiado nessa caracterização das massas, resolve buscar a possibilidade de sua legalização no município de Rosário, porque no resto do país não existem condições para isso. O trâmite da legalização não implicará comprometer o programa. Em geral, a política eleitoral do partido consistirá no voto programático.

